

IC - Inquérito Civil n. 06.2021.00000982-5.

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**, por sua Promotora de Justiça, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e **GLENIO ROSSO GONÇALVES**, brasileiro, com inscrição no RG n. 1.908.376 e no CPF 624.177.119-15, residente e domiciliado à Rua Dona Antonina Búrigo Corbetta, n. 335, apto 502, Bairro Vila Moema, neste município e Comarca, advertido de seus direitos constitucionais, observadas as disposições do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), e dos arts. 25 e seguintes do Ato 395/2018/PGJ, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da Constituição Federal).

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO as diretrizes, os princípios e os instrumentos jurídicos, políticos e técnicos estabelecidos pelo Estatuto das Cidades (Lei n. 10.257/2001), que fixam normas de ordem pública e interesse social reguladoras do uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental, e demais normas vigentes aplicáveis à disciplina da ocupação e do uso do

SIG/MP n. 06.2018.00005408-9 Fl. 1/5

espaço urbano;

CONSIDERANDO que os danos ambientais provocados pela ocupação desordenada do solo prejudicam a qualidade de vida das gerações atuais e vindouras, gerando impactos negativos ambientais e urbanísticos, prejudicando itens essenciais à manutenção do equilíbrio ecológico e da saúde da população;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, inclusive a ordem urbanística (art. 129, inciso III, da Constituição da República Federativa de 1988, e art. 1º da Lei Federal n. 7.347/85, com redação dada pela Lei n. 10.257/01);

CONSIDERANDO o teor do art. 12, inciso II, da Lei 12.651/2012, pelo qual determina-se que todos os imóveis rurais localizados fora da Amazônia Legal tem a obrigação de manter reserva legal mínima de 20%;

CONSIDERANDO que é entendimento jurisprudencial consolidado que a transformação do imóvel rural em urbano não desobriga o proprietário da manutenção da reserva legal;

CONSIDERANDO que o art. 66 da Lei 12.651/2012 prevê que *nos imóveis rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área de até 4 (quatro) módulos fiscais e que possuam remanescente de vegetação nativa em percentuais inferiores ao previsto no art. 12, a Reserva Legal será constituída com a área ocupada com a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008, vedadas novas conversões para uso alternativo do solo*

CONSIDERANDO que o imóvel se enquadra na exceção acima transcrita e a constatação, pelo órgão ambiental estadual, que a área

SIG/MP n. 06.2018.00005408-9 Fl. 2/5

em referência, em 2006, detinha aproximadamente 1.120m² do Bioma Mata Atlântica¹;

RESOLVEM

Firmar o presente Termo de Ajustamento de Condutas, nos seguintes termos:

DO OBJETO:

Cláusula 1ª O presente Termo de Ajustamento de Conduta tem por objeto a regularização da reserva legal do imóvel de matrícula n. 72.166 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Tubarão, nos termos da Lei n. 12.651/2012, de forma a garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

2 DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

Cláusula 2ª O COMPROMISSÁRIO se compromete a regularizar, no prazo de 06 (seis) meses, a reserva legal do imóvel objeto do presente acordo, considerando a área mínima de 1.120m² a ser destinada para reserva legal;

Parágrafo Primeiro – A regularização mencionada no *caput* pode se dar por meio de averbação da reserva legal na matrícula imobiliária correspondente;

Parágrafo Segundo – Uma vez escoado o prazo estipulado no *caput* da presente cláusula, o COMPROMISSÁRIO comprovará, no prazo de **15 (quinze) dias**, a regularização da reserva legal mediante a apresentação de cópia da matrícula imobiliária correspondente com a averbação pertinente;

Cláusula 3ª O COMPROMISSÁRIO se compromete, no prazo

¹ p. 115

de **30 (trinta) dias** a contar da assinatura do presente instrumento, a comprovar ao Ministério Público a averbação, na matrícula do imóvel, da íntegra deste instrumento de compromisso de ajustamento de condutas.

3 DAS CONSEQUÊNCIAS DO EVENTUAL DESCUMPRIMENTO:

Cláusula 4ª Em caso de descumprimento das obrigações constantes de cada uma das cláusulas do presente termo o COMPROMISSÁRIO ficará sujeito, salvo impossibilidade a ser justificada perante esta Promotoria de Justiça, à multa diária de R\$ 200,00 (duzentos reais), cujo valor reverterá ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina;

Parágrafo Primeiro – O valor da multa incidirá de forma independente para cada obrigação detalhada nas cláusulas deste instrumento, que porventura venham a ser descumpridas.

Parágrafo Segundo – O valor da multa não exime o COMPROMISSÁRIO de dar andamento à execução da obrigação inadimplida;

Parágrafo Terceiro – Os valores pactuados como multas previstas pelo descumprimento serão atualizados monetariamente pelos índices da Corregedoria Geral da Justiça² e juros moratórios de 1% ao mês para fins de protesto, execução judicial e/ou pagamento fora do prazo. Como dia inicial da mora e para aplicação dos índices de correção e juros, será considerado o primeiro dia após o vencimento dos prazos pactuados nas cláusulas. No caso do descumprimento do parágrafo terceiro da cláusula segunda, a referida multa incidirá da data do ato de alienação até a reversão ou desfazimento do negócio irregular realizado;

Parágrafo Quarto – O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a execução específica das obrigações assumidas.

² <https://www.tjsc.jus.br/web/corregedoria-geral-da-justica/atualizacao-monetaria>

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula 6ª O Ministério Público Estadual compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de natureza cível contra o COMPROMISSÁRIO, com referência ao ajustado, caso venha a ser cumprido o disposto neste instrumento de ajuste;

Cláusula 7ª: O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, §6º da Lei n. 7.347/85.

Tubarão, 03 de março de 2022.

[assinado digitalmente]
CRISTINE ANGULSKI DA LUZ
Promotora de Justiça

GLÊNIO ROSSO GONÇALVES
Compromissário